

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

PERSPECTIVAS
DOCTRINÁRIAS DO SEU
ESTATUTO JURÍDICO



Autor

Associação Nacional do
Ministério de Contas

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Perspectivas Doutrinárias do seu
Estatuto Jurídico

Área específica

Direito Constitucional.

Áreas afins

Direito Administrativo, Direito Financeiro,
Direito Econômico, Direito Público.

Público-alvo/consumidores

Procuradores do Ministério Público de
Contas, Promotores e Procuradores de Justiça,
Juizes e Desembargadores, Ministros, Conselheiros
e servidores dos Tribunais de Contas,
Advogados Públicos, Advogados, Serventuários
da Justiça, Estudantes de Direito.

O econômico texto normativo do art. 130 da Constituição Federal, que trata do Ministério Público de Contas, instituição cuja existência já soma mais de 120 anos no Brasil, não deve ser lamentado. É da natureza da norma constitucional não minudenciar todo o estatuto dos órgãos que constitui, mesmo em uma Carta prolixa como é a nossa.

Ao fim e ao cabo, a existência e a legitimidade de um órgão são conquistadas todos os dias, como fruto do trabalho dos seus agentes e com os temperamentos da doutrina e da jurisprudência.

Esta obra pretende exatamente expor, nos dias atuais, o legado doutrinário e jurisprudencial dessas quase três décadas em que o locus deste Ministério Público especial passou a ser a Constituição Federal.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001045

A844m

Associação Nacional do Ministério Público de Contas

Ministério público de contas: perspectivas doutrinárias do seu estatuto jurídico / Associação Nacional do Ministério Público de Contas. - Belo Horizonte : Fórum, 2017.

352 p.

ISBN: 978-85-450-0183-6

1. Direito constitucional. 2. Direito administrativo 3. Direito público I. Título.

CDD 342.06

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS. Ministério público de contas: perspectivas doutrinárias do seu estatuto jurídico. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 352 p. ISBN 978-85-450-0183-6.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO E O CONTROLE DAS FINANÇAS PÚBLICAS

MICHAEL RICHARD REINER 9

PALESTRA

O REGIME JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

CARLOS AYRES BRITTO 23

PARECERES, CONSULTAS E ARTIGOS

AUTONOMIA INSTITUCIONAL DO MP DE CONTAS

UADI LAMMÊGO BULOS 37

 Consulta 37

 Parecer 40

1 Premissas 40

2 Atos substancialmente constitucionais 40

3 Autonomia institucional do MP de Contas 46

4 Atributos da autonomia do MP de Contas 53

5 Conclusão 55

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: ESTÁGIO PROBATÓRIO; VITALICIAMENTO; CORREIÇÃO FUNCIONAL, ESCOLHA DE PROCURADOR-GERAL E AUTONOMIA INSTITUCIONAL

JUAREZ FREITAS 59

 Parecer 59

1 Da consulta 59

2 Das premissas hermenêuticas e do regime jurídico-institucional do Ministério Público de Contas 60

2.1 Das premissas hermenêuticas 60

2.2 Do regime jurídico-institucional do Ministério Público de Contas 65

3	Das respostas aos quesitos.....	82
---	---------------------------------	----

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS**

JOSÉ NÉRI DA SILVEIRA	87
------------------------------------	----

I	Perfil constitucional do Ministério Público.....	89
II	Ministério Público junto aos Tribunais de Contas	105
III	Conselho Nacional do Ministério Público: natureza jurídica e amplitude de sua competência.....	125
IV	Conclusões e resposta à consulta.....	139

**MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS.
AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
INDISPENSÁVEL AO EXERCÍCIO INDEPENDENTE DE SUAS
ATRIBUIÇÕES**

CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO	141
--	-----

	Parecer.....	141
I	A exposição e a consulta	141
II	O controle da Administração Pública	142
III	Os Tribunais de Contas	145
IV	O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas	148
V	A necessária autonomia administrativa e financeira do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.....	153
VI	Repartição de competências: a autonomia dos Estados	159
VII	Resposta aos quesitos	166

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS BRASILEIRO:
SER OU NÃO SER, EIS A QUESTÃO**

PATRICK BEZERRA MESQUITA	169
---------------------------------------	-----

	Introdução	170
1	Breve histórico do Ministério Público de Contas	172
2	A ADI nº 789/DF e os precedentes do Supremo Tribunal Federal.....	177
3	A independência funcional e a autonomia financeiro-administrativa como realidades indissociáveis (poderes implícitos).....	188
4	A terminologia “Ministério Público” e o sistema constitucional ministerial.....	196
5	Interpretação constitucional e a autonomia do Ministério Público de Contas.....	197
5.1	O método hermenêutico clássico e o direito do membro do Ministério Público de Contas de trabalhar numa instituição autônoma.....	198
5.2	Junto não é dentro. A interpretação gramatical só corrobora a autonomia dos MPCs	204
5.3	Interpretação histórica e falta de intenção do constituinte em manietar os MPCs de autonomia.....	208
5.4	A geografia constitucional é reveladora da autonomia do Ministério Público de Contas	212
5.5	Interpretação sistemática e teleológica do art. 130 da Constituição Federal	212
5.6	O método tópico-problemático e a resolução de problemas de funcionalidade do Ministério Público de Contas	217
5.7	Outros métodos de interpretação constitucional são pela independência do <i>Parquet</i> de Contas.....	224
6	O federalismo como um laboratório de experiências legislativas. A questão dos Ministérios Públicos de Contas estaduais autônomos.....	225
7	Mutação constitucional, Convenção de Mérida e o imprescindível reposicionamento do Ministério Público de Contas	235
	Conclusão	250
	Referências.....	254

**PODER DE REQUISICÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE
CONTAS**

DIOGO ROBERTO RINGENBERG	257
---------------------------------------	-----

O TRIBUNAL DE CONTAS E O MINISTÉRIO PÚBLICO QUE NELE ATUA, À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL GABRIEL GUY LÉGER.....	283
---	-----

DECISÃO

CONSULTA Nº 0.00.000.000843/2013-39 – CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP.....	293
Relatório	294
Voto	296

PROPOSTAS RELACIONADAS AO APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO CONSTITUCIONAL MICHAEL RICHARD REINER	315
--	-----

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº ___, DE 2015 POR UM MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS NACIONAL: PEC DO COMBATE À CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO FORTALECIMENTO DO CONTROLE EXTERNO	319
1 Introdução	319
2 Federação – finanças públicas – caráter nacional da responsabilidade fiscal	320
3 Fiscalização coordenada – o MP é uno e indivisível – não é ente federado – a vocação do MPU para as matérias de finanças públicas.....	323
4 Revogação do art. 130 – integração das funções no art. 129, ix – normas de transição da carreira e estrutura.....	327
5 Aprimoramento da fiscalização financeira da Administração Pública, do controle externo e da prevenção e combate à corrupção..	329
Referências.....	330

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº _____, DE 2013 (DOS SRS. E SRAS. FRANCISCO PRACIANO, ÉRIKA KOKAY, PAULO RUBEM SANTIAGO, ROSANE FERREIRA, LUIZ PITIMAN, IZALCI, REGUFFE, LUIZ COUTO, LUIZA ERUNDINA E OUTROS) ..	333
---	-----

SOBRE OS AUTORES.....	349
-----------------------	-----